

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**60ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de Junho de 2015.**

**PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Sandro Régis, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

## **OFÍCIOS**

**Do Deputado Gika Lopes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 28/05/2015.**

**Do Deputado Tom Araújo comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 15, 16, e 22/04/2015 e 20/05/2015.**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 40<sup>a</sup>, 42<sup>a</sup>, 43<sup>a</sup>, 44<sup>a</sup>, 46<sup>a</sup>, 50<sup>a</sup>, 54<sup>a</sup>, 55<sup>a</sup>, realizadas, respectivamente, em 29 de abril de 2015; 5, 6, 7, 12, 19, 27 de maio de 2015, e 1º de junho de 2015; das especiais: 7<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 19<sup>a</sup>, 20<sup>a</sup>, 21<sup>a</sup>, realizadas, respectivamente, em 17 e 30 de abril de 2015 e 21, 22, 25 de maio de 2015.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas.

Em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)  
Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra, para iniciar, a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, eu quero fazer uma referência à fala do deputado Isidório, ontem, daqui desta tribuna, porque acho que esta Casa, também, precisa ser respeitada, não é, deputado? Compreendo sua indignação em parte. Mas querer generalizar um problema, descaracterizando, inclusive, uma luta de um segmento da sociedade que sofre muita discriminação, acho que isso não comporta e não cabe a nós, representantes do povo.

Quero falar sobre os excessos que vimos. Quanto a esses excessos, eu, também, discordo. No entanto, temos de ter cuidado, deputado Isidório, porque já vimos e assistimos a muitas montagens e a armações com grupos sociais que têm propostas diferentes. Um exemplo disso aconteceu quando assistimos, através da Rede Globo, a uma montagem armada de uma ação do MST ao demonstrar que os seus integrantes estavam derrubando, quebrando e destruindo os pés de laranja. Aquilo foi montagem para poder descaracterizar e prejudicar um segmento importante como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Bem, hoje, se aquelas fotos introduzidas na Internet são reais, não são coisas generalizadas. Aliás, este não é nem o objetivo da luta, da comunidade e do Movimento LGBT.

Quanto a repudiar os excessos, tudo bem.

Inclusive, faço questão de ler aqui a fala do arcebispo metropolitano de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer, ao mostrar que não é esta a forma de se agir.

Bem, quanto a condenar os excessos em qualquer movimento, tudo bem.

Agora, generalizar um movimento como o LGBT, um segmento sofrido, discriminado, desrespeitado, violentado, como acompanhamos diariamente, está por fora.

Está aqui a fala do nosso arcebispo Dom Odilo Pedro Scherer.

(Lê) *“Dom Odilo Pedro Scherer*

*Muitas pessoas me questionaram sobre a imagem de um transexual na cruz durante a Parada Gay. Entendo que quem sofre se sente como Jesus na cruz. Mas é preciso cuidar para não banalizar ou usar de maneira irreverente símbolos religiosos, em respeito à sensibilidade religiosa das pessoas. Se queremos respeito, devemos respeitar.*

*Cardeal Odilo Pedro Scherer*

*Arcebispo metropolitano de São Paulo.*”

Esta foi a manifestação escrita do nosso arcebispo de São Paulo.

Quero dizer aos deputados que devemos condenar todos os excessos. Mas fazer a generalização e o escândalo que o deputado Isidório fez ontem aqui, inclusive, com o seu apoio, acho que não comporta para nós.

Vejam, qualquer grupo ou qualquer segmento, em nossa sociedade, que sofre discriminação, tem o direito de se manifestar. E as paradas gays viraram festa. Mas esta festa tem um recado. A luta deles é pelo respeito, pelo fim da violência e não para fazer os horrores que vimos; caso uma parte da parada tenha feito isso.

Inclusive, fiquei admirada, porque vi uma matéria na Rede Globo – tão crítica a tudo o que é libertário neste nosso Brasil – ao mostrar o quanto que a parada gay, pelo número de pessoas participantes no evento, consegue movimentar a economia do estado de São Paulo.

Então quero registrar o meu repúdio a esse tipo de fala, a esta discriminação, a este desrespeito a um segmento sofrido, violentado, desrespeitado como é a comunidade LGBT.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputada.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Ainda tenho um minutinho aqui, presidente.

Quero lembrar que, a partir de amanhã, de 11 a 13 de junho de 2015, o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, realizará o seu 5º Congresso Nacional. Temos confirmas as presenças do ex-presidente Lula e da nossa presidenta Dilma. Além de suas presenças na abertura amanhã às 17 horas, haverá uma manifestação e algumas mobilizações, principalmente, contra a redução da maioridade penal.

Queria convidar esta Casa para fazer parte do evento e não só das manifestações. Mas há de se ver a burocracia do cerimonial para saber se comporta a participação de convidados.

Teria mais alguma questão para falar sobre essa história do HSBC. Infelizmente, não dará tempo. Mas é bom ficarmos atentos também, porque todo mundo sabe o que está por trás desta ida embora deste banco. Quanto a isso, a grande mídia não fala. Contudo, posteriormente, falarei sobre o assunto.

Então era isso o que eu queria dizer.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. MARCELINO GALO:-** Nobre presidente e deputado Adolfo Menezes, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup>. Deputadas, senhores da imprensa, companheiros e companheiras, servidores, a partir de amanhã, 11 de junho de 2015, às 14 horas, haverá o nosso encontro. A abertura será às 18 horas. O Partido dos Trabalhadores realizará o seu 5º Congresso Nacional para a honra e para o orgulho nosso aqui da Bahia, pois este é o principal e maior Estado deste País governado pelo Partido dos Trabalhadores. A Bahia será a sede deste encontro nacional. Então teremos a abertura.

A deputada Luiza Maia já falou sobre isso. O congresso terá as presenças do

ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff. Este congresso vem em uma conjuntura política extremamente delicada. No entanto, ele vem no sentido de reafirmar a identidade deste partido, atualizar o seu programa e, principalmente, defender o seu legado e o que este partido trouxe de bom para a sociedade brasileira.

Então, vivemos o período mais longo de democracia, mais precisamente 30 anos, com crescimento econômico, com distribuição de renda, com programas sociais fundamentais, com a criação e com o aumento de novos cursos e novas universidades públicas, com o aumento do número de escolas técnicas, com programas de inclusão via educação fundamental, com a geração de 22 milhões de empregos, com programas sociais de referência no mundo hoje. Aqui, se expandiram vários programas e tais programas são objeto de consulta por vários países que querem debelar o problema crucial da humanidade, que é a fome.

O Programa Bolsa Família além dos programas vários de transferência de renda são o resultado de políticas públicas e o resultado da ocupação, por um período de 12 anos, de um partido que virou patrimônio da classe trabalhadora, patrimônio do povo brasileiro.

Claro, temos os nossos problemas. Temos de fazer correção de rumos.

Mas, sem dúvida nenhuma, o maior combate que se estabelece é a tentativa de criminalizar este Partido dos Trabalhadores justamente pelo que fez de melhor, pelo que construiu e pelo pecado que teve em uma sociedade como a brasileira.

O partido teve a capacidade política de eleger para o cargo de presidente da República, pela primeira vez na história deste País, um operário brasileiro de origem nordestina, vindo em um pau de arara, durante 15 dias, para São Paulo. Ali, ele virou torneiro mecânico e aprendeu o que há de mais importante para garantir os direitos do povo que foi fazer política. Ali, fundou a Central Única dos Trabalhadores.

Depois, ele compreendeu ser preciso fazer mais, pois era preciso ter um instrumento político de luta à disposição da classe trabalhadora. Ele fundou o PT junto com a Igreja Católica, através do trabalho eclesial de base, junto com os sindicalistas que, naquele momento, faziam a luta pela resistência, junto com os revolucionários que voltaram a este País, numa das formas mais originais do mundo, para criar um partido para a classe trabalhadora.

Este Partido dos Trabalhadores, hoje, completa 35 anos de existência.

Vamos celebrar. Vamos fazer as correções necessárias. Mas vamos continuar fazendo a grande luta pela democracia e pela qualidade de vida da classe trabalhadora.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da imprensa, TV Assembleia, gostaria muito, nobre Vice-Líder da Oposição, deputado Pablo, que a presidente Dilma viesse à Bahia, sexta-feira, para trazer boas notícias. O que vimos,

ontem, através do anúncio do plano de investimento do governo federal, foi a total falta de prestígio do governador da Bahia perante a presidente.

Eu trouxe alguns dados importantes para registrar nesta Casa. Deputado Herzem Gusmão, imagine V.Ex<sup>a</sup> que a Bahia ficou com menos de 3% dos investimentos previstos no plano de investimento de logística. A Bahia tem 7,4% da população do País. O trecho, deputado Pablo, de 600 quilômetros da BR-101, fica excluída do plano. Vale lembrar que só a Bahia, entre o Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, não tem os trechos duplicados da BR - 101.

A Bahia esperava que nesse plano de investimento fosse prestigiada, por ter um governador do PT. Mas muito pelo contrário, a Bahia foi totalmente desprestigiada do plano de investimento de logística do governo federal. E tem mais: as BRs - 324 e 116 ainda passarão por análises em relação à ampliação de quantidade de pistas. Quer dizer, um total desprestígio para a Bahia. Se não bastasse o estaleiro do Paraguaçu fechando, com quase 7 mil demissões; a Azaleia indo embora, fechando e causando desemprego ao Sudoeste da Bahia. Agora, deputado Herzem Gusmão, o governo federal maltrata a Bahia e os baianos. Este Estado que sempre deu ao governo do PT as grande votações, elegendo até, no último pleito, a presidenta Dilma. Pergunto a V.Ex<sup>as</sup>, será que a presidenta Dilma não gosta dos baianos, da Bahia ou está faltando prestígio do Estado junto ao governo federal? Há pouco tempo o presidente da Codevasf, também baiano, foi posto para fora. Os senadores e deputados governistas reclamaram, bradaram, mas o senador Ciro Gomes emplacou o seu aliado político. É de se imaginar que se a Bahia não tem prestígio nos cargos, terá prestígio nos investimentos. Mas a Bahia ficou com menos de 3%, deputado Carlos Geilson, para o plano de investimento logístico do governo federal.

Só há duas explicações para isso, deputado Herzem Gusmão, apenas duas. Ou o governo da Bahia, o governador, não tem prestígio com a presidenta ou a presidenta Dilma não gosta da Bahia e dos baianos. Perdemos a Codesvaf, e agora? Menos de 3%, deputado Robinho, é o que a Bahia leva de investimentos logísticos do governo federal. Terminei meu discurso resumindo o sentimento de grande parte dos baianos: triste Bahia, triste Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:-** Sr. Presidente, querido deputado Adolfo Menezes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Funcionários, venho a esta tribuna para corroborar as palavras do nosso Líder, deputado Sandro Régis, quando aqui falou do Programa de Investimento em Logística, anunciado ontem pelo governo federal, pela presidente da República, e que foi bastante divulgado pela mídia nacional.

O que a gente verdadeiramente vê no lançamento daquele programa nada mais é do que uma nova versão de um outro que já está em curso, mas infelizmente não vem sendo executado da forma como o povo brasileiro esperava. Na verdade esse novo plano, como a própria imprensa tem divulgado, tem o gosto de comida

requentada porque nele não há praticamente nenhuma novidade. É algo imaginário que o governo tenta empurrar na cabeça do brasileiro exatamente para diminuir a ansiedade da presidente da República, que quer de todo jeito virar a página, como ela mesma fala, para demonstrar que nós não estamos vivendo num País de terra arrasada e que também não estamos vivendo nenhuma crise no Brasil, como se a nossa economia estivesse a pleno vapor.

Mas, mesmo dentro deste imaginário que é este programa de investimento em logística, se a gente imaginar que ele seja verdadeiro, mais uma vez o Nordeste brasileiro - a Bahia - é discriminado pelo governo federal. Por coincidência, justo o Nordeste e a Bahia, que têm sido um verdadeiro cofre eleitoral das campanhas do Partido dos Trabalhadores, que vem vencendo as eleições exatamente tendo esta região como o seu principal reduto.

Neste plano de investimentos, o governo federal libera apenas 6% para o Nordeste, meu caro deputado Herzem Gusmão. E a nossa Bahia - que detém 3,8% do Produto Interno Bruto, o PIB nacional, ocupa 6,6% do território brasileiro e tem 7,4% da população do País - abocanha somente, isto se for verdade, apenas 2,9% desse volume de investimentos imaginários que o governo da União lançou ontem em nível nacional. Na Bahia somente o Aeroporto Internacional Dois de Julho, que visa construir uma segunda pista e uma ampliação no terminal de passageiros.

Quem participou aqui de uma reunião com um representante da Agência Nacional de Aviação Civil o viu naquele dia declarar, com todas as letras, a impossibilidade da construção duma nova pista no Aeroporto de Salvador. E por que essa dificuldade? Por questões ambientais. Mesmo dessa forma este plano de investimento em logística coloca, para nos ludibriar, essa segunda pista no Aeroporto Luís Eduardo Magalhães.

Temos também prevista nele a duplicação - até que enfim, deputado Zé Neto! - da BR-101, apenas no trecho de Feira de Santana a Gandu. Nem sequer levaram até Itabuna, enquanto no Estado de Sergipe, ou em quase todo o Nordeste, ela já é totalmente duplicada. Temos ainda aqui investimentos no Porto de Aratu e previsão de investimento em uma nova faixa adicional nas Br's 324 e 316. Mas tudo isso por enquanto, repito, está no campo da imaginação.

Creio que o governo federal, o governo da União e a alta direção do Partido dos Trabalhadores no Brasil entendem que os baianos se contentam com o Congresso que a legenda vai realizar em Salvador com o objetivo de comemorar os seus 35 anos. É isso que os baianos merecem, é disso que os baianos precisam, pelas largas vitórias que deram nessas últimas três eleições ao PT?!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 5 minutos. Logo após, falará o deputado Carlos Geilson.

**O Sr. PEDRO TAVARES:-** Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, imprensa presente, tenho sempre daqui cobrado, tentado mostrar as diversas estradas da Bahia que se encontram em péssimas condições, deputado Herzem Gusmão. Várias e

várias, tanto as que já tiveram as suas ordens de serviço assinadas e foram iniciadas, mas paralisadas, quanto aquelas que, mesmo com as suas ordens de serviço assinadas, não saíram do papel ainda. Realmente, diversas e diversas estradas se encontram em péssimas condições aqui em nosso Estado.

Além dessas que, como eu disse, tiveram as suas ordens de serviço assinadas, existem diversos trechos sem manutenção e também em péssimas condições. Aí, quero fazer uma pergunta ao governo estadual: será que não foi precipitada, para não dizer equivocada, a extinção do Derba? Como é que você o extingue sem que a nova Superintendência esteja pronta para assumir as funções dele? Como é que você extinguiu o Derba sem que essa Superintendência pudesse fazer o papel de conservação e manutenção das nossas estradas? Como é que faz isso?! Faltou preparação para extinguir e substituir o Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia.

Tem um exemplo claro. Está aqui o deputado Adolfo Menezes. Ele acaba de se retirar, mas falava com o deputado Sandro Régis sobre a estrada que liga um município onde o Líder da Oposição é tão bem votado, Caém, aos municípios de Saúde, Pindobaçu e Antônio Gonçalves. Ela agora começa a se esburacar, se deteriorar e, se não tiver manutenção, só fazendo a sua recuperação total, o que vai ser muito mais caro, porque recuperar totalmente é mesmo muito mais caro do que conservar.

Então, quero fazer mais uma pergunta ao governo da Bahia: quando essa Superintendência que substituiu o Derba vai começar a funcionar plenamente? Cadê as máquinas do Derba que seriam doadas ou cedidas para as Prefeituras e consórcios? Deputado Luciano, V.Ex<sup>a</sup> que conhece o assunto sabe que elas estão tendo dificuldades para pagar as suas folhas e se manter. Então, como é que vão ter de manter também as estradas do Estado?

Deputado Adolfo Menezes, essas são as perguntas que quero fazer ao governo cobrando uma atenção especial para as estradas do nosso Estado. E falo nesta tribuna não como deputado de oposição, mas sim como cidadão baiano que utiliza as estradas e vê como o povo tem sofrido diariamente. Aí o governo, em vez de achar uma solução concreta, o que faz é extinguir o Derba numa atitude totalmente equivocada, totalmente precipitada, sem que essa nova Superintendência que substituiu o órgão tenha as condições de fazer a conservação e manutenção das estradas estaduais. As rodovias baianas que têm mais de 10 anos precisam de uma manutenção preventiva, diária, e não estão tendo. A cada dia, se encontram mais ainda em péssimas condições.

Então, fica aqui o alerta ao governo do Estado para que priorize as estradas e coloque logo funcionando de forma efetiva e prática essa nova Superintendência criada com a extinção do Derba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, chego à conclusão de que Fernando Henrique Cardoso foi o cara. É o cara, mesmo tão combatido pelo Partido dos Trabalhadores. Quiseram fazer da biografia desse estadista ruínas. Mas o tempo passou, e nós chegamos à conclusão de que ele estava certo. O Partido dos Trabalhadores, que tanto lutou contra as privatizações, agora procura o que privatizar, porque o que acha pela frente ele vai privatizando. Com um novo termo: concessões. Entrega à iniciativa privada para gerir a estrada, o porto, o aeroporto por longos e longos anos, a exemplo do Porto de Aratu, de estradas na Bahia, do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães.

Onde está o PT? Ouvi há pouco o deputado Marcelino Galo enaltecer o Partidodos Trabalhadores. Não seria irresponsável para dizer que esse partido não trouxe benefícios ao País. Eu seria leviano em desconhecer a questão dos programas sociais e também seria leviano em desconhecer que houve avanço no Ensino de Terceiro Grau. Mas nós não podemos deixar de reconhecer que o PT passa por uma metamorfose. O partido vive uma fase neoliberal e se acopla às ideias tão combatidas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Temos de ter uma análise criteriosa, sem nenhuma paixão, e reconhecer que a legenda mudou. Ela não é mais a mesma, não é dos trabalhadores. Tanto que retira direitos adquiridos dos trabalhadores da forma mais estúpida, violentando-os! E agora vem de novo com a bandeira PT, Partido dos Trabalhadores. Pode ser de qualquer t, mas não t de trabalhadores. Isso é passado, já foi! Essas ideias foram esquecidas ao longo dos anos.

Lembro-me perfeitamente do nobre deputado Zé Neto combatendo as privatizações. E ontem o deputado Rosemberg Pinto veio a esta tribuna, reconheceu que lutou contra as privatizações e fez um mea-culpa do que é o seu partido hoje. É preciso ter a serenidade, o equilíbrio para dizer que os tempos são outros e reconhecer que Fernando Henrique Cardoso estava certo. Tanto estava certo que o PT só não privatiza o que ele já privatizou porque não tem mais para privatizar, mas o que vai encontrando pela frente vai passando à iniciativa privada. E, como combateu tanto o termo privatização, num golpe de marketing usa o termo concessão. Entrega para a iniciativa privada entre rodovias, aeroportos, portos e mais o que encontrar.

Mas não era esse partido que lançava aquelas bandeiras?! Eles desfraldavam as bandeiras em praça pública criticando o grande estadista Fernando Henrique Cardoso. O estadista é aquele que pensa em gerações futuras, vindouras. E vemos que na prática ele é o estadista, tanto que o PT, que lutou tanto, que o combateu tanto, o criticou tanto e nele bateu tanto... E era Zé Neto com a estrovenga, com a foice, com o martelo batendo em Fernando Henrique Cardoso por onde passava! Mas hoje o seu partido faz a mesma coisa.

Ele vai subir a esta tribuna, e eu já sei por onde passava.

Hoje, o seu partido faz a mesma coisa.

Quando o deputado Zé Neto sobe a esta tribuna, eu sei sobre o quê ele falará.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputado.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Ele grita para tentar impor, aos berros, a sua vontade.



Há de se reconhecer, deputado Zé Neto, que V.Ex<sup>a</sup> está neste barco que, hoje, é um barco camaleônico.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Senhores, senhoras, inicialmente, é um prazer estar, neste momento, me dirigindo a todos os que acompanham a *TV Assembleia*.

Sr. Presidente, a oposição ao governo federal e a oposição ao governo estadual sofrem de amnésia ou, em outras palavras, sofrem de perda de memória sem precedentes. Ouço a Oposição falar que o PT é incoerente.

O PT, hoje, no governo federal, no poder central do País, busca fazer as parcerias público-privadas; busca, evidentemente, terceirizar determinadas situações, como fizemos, agora, com as estradas, algumas delas.

A Oposição tenta confundir a opinião pública ao colocar que, hoje, defendemos o que não defendíamos no passado.

Em primeiro lugar, o mundo está em movimento.

O que nós não defendíamos no passado continuamos não defendendo hoje. Continuamos dizendo a mesma coisa.

Hoje, não confundi o que estamos fazendo com as estradas. O que estamos fazendo com a infraestrutura é uma necessidade. Inclusive, estamos vivendo em um momento no mundo em que o custo do Estado é outro; o custo com o pessoal é outro; o custo com previdência é, também, outro.

E vou lembrar: nós não estamos perdendo de vista quais são os investimentos e quais são as situações estratégicas do ponto de vista da nossa infraestrutura.

Continuamos dizendo não à privatização da Petrobras. Aliás, a privatização da Petrobras é o que anda por trás de várias movimentações do capital internacional americano e do capital internacional europeu! Nós continuamos dizendo não à privatização da Caixa Econômica Federal. Nós continuamos dizendo não à privatização do nosso setor financeiro como queriam os governos passados! Nós continuamos dizendo não àquela privatização que aconteceu no governo Fernando Henrique quando vendeu a Vale do Rio Doce por um valor menor do que o que tinha em estoque! Continuamos dizendo não à privatização entreguista desses que se camuflam hoje!

Camaleônicos são aqueles que fizeram parte do golpe militar! Camaleônicos são aqueles que mudaram legendas partidárias várias vezes, pois já foram Arena, PDS, DEM, PFL. Esses não reciclaram a percepção de que o mundo mudou e de que as relações mudaram!

Não há nenhum problema no fato de que o atual governo tenha de admitir dar continuidade, deputado Joseildo, a algumas medidas tomadas por governos anteriores! Não estamos, aqui, pregando que tudo o que foi feito no passado não presta!

Mas o golpe militar não prestou!

O entreguismo de um processo de privatização exacerbado sem percepção dos setores estratégicos deste País não servia para nós, como não serve hoje. Não servirá para nós. Não servirá para o nosso País.

Assim como não servirá vender a Caixa Econômica Federal, vender a Petrobras, vender Banco do Brasil, acabar com BNDES, entregar o Banco Central, de forma absoluta, ao capital financeiro privado internacional.

Isso não será bom para o Brasil!

Agora, encerro dizendo, sou do Partido dos Trabalhadores, os Partidos que nos apoiam que reciclaram a cabeça, aqueles que mudaram de lugar e vieram para esse projeto entendem o tamanho deste Brasil. Brasil este onde 40 milhões de pessoas hoje fazem parte de um projeto de vida mais digno, porque saíram da miséria e hoje podem alçar vôos muito mais tranquilos na vida e sonhar mais.

No Brasil, encerrando, Sr. Presidente, onde temos três vezes mais universitários; no Brasil,...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, nobre deputado.

**O Sr. ZÉ NETO:-** Concluindo, excelência.

(...) No Brasil, onde passamos décadas e décadas fazendo parte do mapa da fome e que hoje não temos mais mapa da fome. Somos, sim, Partido dos Trabalhadores brasileiros; somos, sim, defensores da soberania nacional e somos, sim, defensores de um País que anda altivo, olhando para o futuro, para a frente...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

**O Sr. ZÉ NETO:-** (...) e sonhando com dias melhores para a nossa população.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Alex Lima.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Questão de ordem concedida ao nobre colega.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o Regimento da Casa é claro, o parlamentar pode ocupar a tribuna por 5 minutos. V.Ex<sup>a</sup> não pode dar 10 minutos ao Líder Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V. Ex<sup>a</sup> aqui já extrapolou o seu tempo e eu na Presidência pedi que V.Ex<sup>a</sup> concluísse. Porque quando se está concluindo a fala não pode parar na metade. Então, um minutinho a mais, um minutinho a menos...

O Sr. Adolfo Viana:- Posso fazer a minha questão de ordem, Sr. Presidente?

V.Ex<sup>a</sup> fica muito bem na cadeira de presidente, mas precisa estar acompanhado do Regimento Interno da Casa. Não perca de vista... Não está na cabeça, não,

presidente. Regimento tem que estar na mão para V.Ex<sup>a</sup> se guiar pelo Regimento, porque o Regimento é claro e V.Ex<sup>a</sup> não pode estar na Presidência sem estar com o conhecimento como manda o figurino... Então, V.Ex<sup>a</sup> esteja com o seu Regimento ao lado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Nobre deputado, o Alex Lima fará uso da palavra.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ele falará, mas estou querendo ajudar o entendimento de todos nós.

Estamos agora, deputado Adolfo Viana, sob um acordo de quem está presente em que o Pequeno Expediente será estendido para que todos falem. Portanto, é algo acordado. E aqui nesta Casa até então, desde o tempo que estamos aqui, no Pequeno Expediente se pedir pela ordem, acho que estamos aqui em regime de acordo, não há necessidade disso, entendeu, Sr. Presidente? Então não tem novidade nenhuma.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Nobre deputado Joseildo, V.Ex<sup>a</sup>, como sempre, muito sensato e muito cortês. Mas vamos deixar o Alex falar...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, fui citado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Concedida, nobre deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o que digo aqui, deputado Joseildo Ramos, é que ele não pode fazer uma verificação de tempo de maneira diferente para parlamentares diferentes, a tolerância tem que ser a mesma para todos.

(Conversas paralelas.)

O Sr. Adolfo Viana:- Não pode, deputado. Um deputado não pode falar 8 minutos e o outro falar 5. A firmeza do presidente tem que ser de maneira independente.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Foram apenas 30 segundos, nobre colega.

O Sr. Adolfo Viana:- ...Tem que ser de maneira independente, deputado Joseildo. Há um acordo para que todos falem, mas que todos falem o mesmo tempo. Não dá para o Líder do governo subir e querer falar um Grande Expediente em 5 minutos.

(Conversas paralelas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- V.Ex<sup>a</sup> tem razão, a partir deste momento esta Mesa não vai mais deixar passar nem um segundo.

O Sr. Adolfo Viana:- Muito bem, Sr. Presidente. Nem um segundo, não, a tolerância necessária...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Alex Lima, pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. ALEX LIMA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das galerias Paulo Jackson, imprensa presente, funcionários, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, hoje vim a esta tribuna, Sr. Presidente, para fazer um convite a esta Casa. Amanhã, às 10 horas, o Conselho Baiano de Turismo fará um abraço

simbólico no nosso Centro de Convenções da Bahia para chamar a atenção do governo, da Secretaria de Turismo, da preferência e da importância daquele equipamento público ser reformado e melhorado e ali permanecer como sempre foi ao longo da sua história, desde a sua construção.

Ontem, na Comissão de Turismo, deputado Hildécio, fiz essa intervenção convidando essa comissão para se fazer presente amanhã nesse abraço e, de maneira quase que unânime, encontramos apoio, inclusive da deputada Maria del Carmen, que nos trouxe a sua opinião e saiu com uma frase muito feliz ao dizer que o Centro de Convenções da Bahia, deputado Gika, já faz parte dos cartões postais da nossa capital e do nosso Estado e que não faz sentido deslocarmos aquele centro.

Com todo respeito que tenho aos que pensam diferente, aos que pensam no Centro de Convenções em outro local, eu particularmente defendo a revitalização e a recuperação daquele centro no local em que está. Mas, independente de trazermos para esta Casa esta discussão – onde será o novo ou se terá o novo –, o que não pode acontecer é que a Bahia perca eventos, perca no impacto direto do seu turismo por falta de uma condição adequada daquele centro de convenções de receber feiras, eventos. Isso é que vai estar em pauta amanhã, é esse o objetivo desse encontro de amanhã. O Conselho Baiano de Turismo e o Trade Turístico irão dizer ao governo do Estado qual é o seu sentimento, qual a sua vontade, o que é que ele pensa acerca desse tema.

Sr. Presidente, eu acho, e como aliado do governo faço este encaminhamento de que não podemos pensar em nenhum assunto relacionado ao turismo, sobretudo um assunto tão importante quanto o Centro de Convenções, sem que possamos ouvir o próprio trade, os próprios envolvidos nessa discussão. Eu sei que o secretário Nelson Pelegrino, orientado pelo governador Rui Costa, já anunciou inclusive a liberação de parte de recursos para a reforma daquele equipamento. É evidente que é importante essa reforma. Não é suficiente, deputado Herzem, precisa de mais investimentos. Vivemos uma crise econômica real. Nós sabemos que temos dificuldades de recursos, mas é preciso entrar na agenda de prioridades, porque o turismo, que é responsável por 7% do PIB do nosso Estado precisa e depende do Centro de Convenções funcionando a todo vapor.

Então, tenho certeza de que o governo do Estado não medirá esforços para fazer os investimentos necessários naquele equipamento, de modo que a Bahia não continue a perder para outros Estados eventos importantes que têm acontecido e que infelizmente não temos condições de sediar.

Portanto, Sr. Presidente, o que vim nesta tarde comunicar aos meus colegas deputados, foi fazer este convite para que estejamos amanhã nesse abraço no Centro de Convenções às 10 h da manhã, de modo a mandar o nosso recado claro que esta Casa acredita, é parceira e vai estar sempre atenta e defendendo os interesses do turismo nessa atividade tão importante para a economia do nosso Estado.

Atendendo o apelo do deputado Adolfo Viana, vou encerrar até antes do tempo, Sr. Presidente.

Muito obrigado e uma boa-tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Parabéns, nobre deputado Alex

Lima, V.Ex<sup>a</sup> cumpriu à risca, no cronômetro, os seus 5 minutos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. PABLO BARROZO:-** Sr. Presidente, imprensa, galerias, colegas deputados e deputadas, queridos amigos que nos assistem através da TV Assembleia, eu queria fazer das palavras do deputado Alex Lima as minhas palavras, até porque o Centro de Convenções da Bahia – sabemos da importância dele para o Estado, da importância dele para a capital – está abandonado, assim como o turismo na Bahia está abandonado, assim como o Pelourinho, que é a cara da nossa Bahia, deputado Robinho, está abandonado. E nós vemos, hoje, a necessidade... e vemos um governador que está governando como se fosse prefeito de Salvador. Isso é bom, mas está deixando o interior de lado, infelizmente.

Conto, aqui, com a presença do meu querido deputado Antônio Henrique Júnior, também representante da nossa querida Barreiras, até para citar alguns fatos, deputado Herzem, porque temos visitado os municípios do interior da Bahia e em cada um vemos duas, três, quatro obras abandonadas pelo governo do Estado e pelo governo federal. Principalmente pelo governo do Estado, que faz obras eleitoreiras, em momentos eleitoreiros, celebra contratos e não os cumpre. Desperdiça dinheiro público sempre que celebra um contrato. Isso é o normal da forma PT de governar.

Aqui, por exemplo, deputado Herzem, está a Praça da Juventude, (mostra a foto) contrato nº 293/2010 celebrado pela Conder. Está aqui: grade feita, três batentes da arquibancada feitos, um espaço enorme, uma casa construída e abandonada, e o mato crescendo. O deputado Antônio Henrique Júnior é testemunha desse contrato, conhece bem Barreiras e sabe onde fica a Praça da Juventude. Está aqui, um contrato de R\$ 1 milhão e 100 mil. Foram liberados R\$ 550 mil, ou seja, foram jogados R\$ 550 mil pelo ralo, e a praça está abandonada. Parece obra de superfaturamento, de quem não sabe governar ou quem não sabe planejar. Esse é o governo!

O deputado Sandro Régis, nosso Líder aqui, estava falando ontem das obras e do lançamento dos investimentos do governo federal. Eu não sofro de véspera. Gato esquentado tem medo de água fria, deputado Sandro Régis! Todas as vezes que o governo do PT se encontra acuado, lança essas obras para fugir, para tentar... mas sem planejamento algum. E vemos promessas e dinheiro sendo jogados fora. Teve o PAC I, o PAC da Mãe, o PAC do Pai, e não sai nada do papel. É só PAC! Prova disso é a transposição do São Francisco e a Ferrovia Oeste-Leste.

Temos aqui, deputado Adolfo Viana, a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, a Polícia Civil no Município de Barreiras. (mostra a foto) O Cicom - Centro Integrado de Comunicação, o sistema de integração das polícias Militar e Civil, foi comprado e mandado para lá e abandonado. Está lá o mato comendo.

Deputado Gika, V.Ex<sup>a</sup> que foi ao Oeste na semana passada, olhe a Polícia Civil! Olhe a Segurança Pública no Oeste da Bahia como é que está! (mostra a foto) Está aqui, no local não há nem cadeiras para as pessoas sentarem.

Teve um abatedouro, um frigorífico em Santa Rita de Cássia que foi um

convênio celebrado, de nº 010/2014. Santa Rita de Cássia, Medeiros Neto, deputado Robinho, V.Ex<sup>a</sup> que é da região, Itanhém e Iguai. Não sei dizer-lhe como está em Medeiros Neto, mas em Santa Rita de Cássia se gastou, em uma obra celebrada, R\$ 6 milhões e 255 mil, e até agora não foi pago nada. Construiu-se 30% da obra lá, o deputado Augusto Castro, que é representante do município, sabe disso, e não foi pago nada para a construtora. Até porque construtora, pelo que sei, que presta serviço para o Estado não recebe, porque o Estado irresponsável não dá conta do recado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**O Sr. PABLO BARROZO:-** Queria um pouquinho de sua tolerância, Sr. Presidente, porque se trata de um assunto importante, que é o nosso dinheiro, administrado pelo PT, e, infelizmente, sendo jogado fora, pelo ralo. Esse governo que cuida tanto dos baianos e tanto dos pobres e dos coitados!

Temos também uma obra da UPA de Barreiras, deputado Toinho, de março de 2012. A saúde de Barreiras que anda tão abandonada pelo governo do Estado! A saúde de Barreiras que anda tão precisada!

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

**O Sr. PABLO BARROZO:-** Para concluir, Sr. Presidente.

Uma obra de R\$ 8 milhões e 70 mil e só foram liberados R\$ 730 mil. E essa UPA está há vários anos com o mato crescendo.

Para concluir, deputado Marquinho, não adianta fugir da realidade, infelizmente, precisamos de planejamento, de bom senso e de um trabalho sério. Mas vivemos no País da propaganda, no governo da propaganda. Enquanto se gasta com outdoors, espalhados por toda Salvador, sobre o pacto da educação, para lá e para cá, vemos um programa acéfalo, que não diz o que vai fazer e não diz de que forma vai cuidar da educação dos nossos baianos.

Essa é a Bahia de todos nós, infelizmente, é a Bahia dos irresponsáveis que querem, através da mentira, enganar os pobres baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Bobô, pelo tempo de até 5 minutos. Logo em seguida, o deputado Adolfo Viana.

**O Sr. BOBÔ:-** Boa-tarde, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas.

Sr. Presidente, queria a mesma tolerância que V.Ex<sup>a</sup> teve com o deputado Pablo. Se passar um pouco do tempo, por gentileza, dê-me esse desconto.

Mas, Sr. Presidente, quero também manifestar uma preocupação que acho que independe de partido, e como somos baianos e temos que lutar pela nossa Bahia, por mais investimentos na Bahia, quero também manifestar a minha insatisfação com o anúncio da presidente Dilma ontem. Acho que a Bahia foi muito pouco contemplada, menos de 3% de investimento em quase R\$ 200 bilhões em uma área extremamente sensível, importante e carente, sobretudo em nosso Estado. Confesso que esperava mais, confesso que merecemos mais.

E, independentemente de questões partidárias, acho que devemos defender a Bahia, buscar unir forças em torno da Bahia. Ela tem 39 deputados federais, três

senadores, um ministro – ex-governador – e acho que é necessário que a bancada se manifeste com relação a isso, ao pouco investimento que a presidente anunciou ontem, sobretudo para o nosso Estado.

Confesso que fiquei triste, e espero que, obviamente, haja outro tipo de investimento que contemple e salvguarde, por exemplo, os interesses da Bahia. Abaixo de 3%, em R\$ 200 bilhões de investimentos, para nós é muito pouco. Acho que pelo que fizemos e fazemos merecemos e queremos muito mais do que foi explicitado e colocado ontem.

Sr. Presidente, também quero manifestar uma outra preocupação com relação à situação de quatro municípios na Bahia: Quixabeira, Capim Grosso, Várzea do Poço e Várzea da Roça. A barragem que abastece essas quatro cidades está apenas com 3% de sua capacidade.

Estive recentemente em Várzea do Poço, conversando com o prefeito Paulo, e fiquei realmente impressionado. Abri a torneira e constatei que a qualidade da água já não era a melhor, barrenta, amarelada, por conta da pouca capacidade da barragem.

Quero externar a minha preocupação lendo um ofício que recebi do prefeito. E vou pedir sensibilidade ao secretário Cássio Peixoto, da Secretaria de Recursos Hídricos, e também do presidente da Embasa, Rogério Cedraz, para que licitem imediatamente a segunda etapa de uma outra...

Vou ler o ofício, que é melhor.

*(Lê) “- Considerando que a barragem que abastece nosso município está apenas com 3% da sua capacidade;*

*- Considerando que ainda somos quatro municípios, Várzea do Poço, Várzea da Roça, Mairi e Quixabeira por completo e mais grande parte do município de Jacobina que ainda são abastecidos pela barragem São José do Jacuípe;*

*- Considerando que já tivemos uma audiência com o ex presidente da EMBASA Sr. Abelardo...*

*- Considerando que o ex governador Jaques Wagner nos deu a garantia que seria executada a 2ª etapa do projeto Pedras Altas;...”*

E tem vários considerandos.

O governador Rui Costa esteve recentemente no Município de Várzea da Roça e anunciou a segunda etapa da Barragem de Pedras Altas. Espero que isso aconteça o quanto antes, porque quem está vivenciando o problema é um número significativo de pessoas. São cinco municípios, deputado, sem água. O projeto está pronto, basta agora, obviamente, o governo licitar. Portanto é um apelo que faço aos secretários, ao presidente da Embasa para verificar essa situação de perto, que tenha a sensibilidade com o que o povo dessas comunidades está passando para que possamos ter licitada a segunda etapa da Barragem de Pedras Altas, porque aí, sim, resolveria o problema de água de uma vez por todas desses quatro municípios e mais um pouco do município de Jacobina.

Era isso, Sr. Presidente, Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinhos Viana):- Gostaria de registrar a visita dos estudantes da Escola Municipal Enoc Amaral, de Lauro de Freitas. Sejam bem-vindos, alunos, vão aprendendo aí com os deputados a legislar.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana por 5 minutos

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, gostaria também de fazer a minha saudação a todas as crianças que nos visitam através das Galerias, sejam bem-vindos.

Srs. Parlamentares, ouvi aqui atentamente alguns colegas manifestarem-se desta tribuna sobre temas distintos. O deputado Bobô disse aqui, com muita propriedade - porque é um legítimo representante da região de Senhor do Bonfim - que faltam investimentos do governo federal na sua região. O deputado Alex Lima veio a esta tribuna e cobrou do governo do Estado investimentos para que o Centro de Convenções volte a funcionar. O deputado Pablo Barrozo, legítimo representante de Barreiras, sobe a esta tribuna para fazer um pedido de socorro, pede que o governo do Estado faça um investimento mínimo para transformar a delegacia num ambiente digno de trabalho para os policiais civis da cidade de Barreiras.

O deputado Zé Neto, que me antecedeu, quis fazer uma defesa do governo federal, deputado Carlos Geílson, tentando encontrar um discurso para justificar as concessões das ferrovias, estradas e aeroportos. Ele tentou, mesmo que de maneira acanhada, reconhecendo o que o PSDB falava há mais de 12 anos, e que agora eles estão entendendo como verdade.

O presidente Fernando Henrique, o verdadeiro estadista, deputado Carlos Geílson, o homem que criou o Plano Real, que criou uma moeda sólida para o nosso País e que defendia determinadas privatizações, hoje tem o Partido dos Trabalhadores praticamente reconhecendo a grandeza da forma de pensar do presidente Fernando Henrique.

Eles diziam que o Partido dos Trabalhadores era diferente, que eles pensavam de maneira diferente, agora eles tentam encontrar um caminho para andarem de cabeça erguida em nosso País, porque andam, sim, de cabeça baixa. Depois do mensalão, depois do petrolão, depois da institucionalização da corrupção na Petrobras, eles tentam encontrar um caminho para andar de cabeça erguida. O que é que acontece, deputado Pablo? Quando determinados figurões do governo vão a restaurantes de São Paulo, saem debaixo de vaias.

A presidente Dilma tem hoje uma aprovação menor que 10%, pelo péssimo desempenho que tem à frente do nosso País, governando o País, e a prova é a violência crescente, é o desemprego crescente, é uma saúde de baixa qualidade, poucos investimentos na educação. E eu pergunto aos Srs. Parlamentares... Hoje temos aqui diversos problemas a serem tratados e vários já foram tratados por parlamentares da base do governo e também por parlamentares da nossa brava Oposição.

Eu pergunto a V.Ex<sup>as</sup>: vamos ficar acomodados em nossas cadeiras, vendo o crime organizado tomar conta do nosso Estado? Já foram mais de 105 assaltos a banco neste ano de 2015, no governo do governador Rui Costa. Já foram mais de 5.600 carros roubados em menos de 4 meses de governo.



Está aqui a manchete do Bahia Notícias, Sr<sup>as</sup> Parlamentares, Srs. Parlamentares: “Quadrilha explode banco em São Felipe na Bahia e já registra mais de 100 ataques em 2015”.

Este Poder Legislativo, se não se manifestar de maneira firme para combater o crime organizado, para cobrar do governo do Estado investimentos para nossa segurança pública, se não fizermos isso não estaremos cumprindo com o nosso papel. A ampla base governista, na ânsia de defender o governo, fica colocando panos quentes...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado Adolfo Viana.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> não pode ser parcial. V.Ex<sup>a</sup> foi tolerante com o Líder Zé Neto e espero que V.Ex<sup>a</sup> tenha a mesma tolerância com o deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Estou pedindo para concluir, apenas.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** Concluirei, com sua tolerância, Sr. Presidente.

Os deputados do PT ficam nervosos quando falamos de segurança pública, porque esse é, sem sombra de dúvida, um dos piores problemas que o nosso Estado enfrenta. E eles preferem dizer que os números são favoráveis aos baianos, que os índices estão melhorando.

Quero chamar a atenção de V.Ex<sup>as</sup> que quando dizem que o nosso Estado está evoluindo na segurança pública estão sendo subservientes ao governo e ineficientes com os eleitores...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado Adolfo Viana.

**O Sr. ADOLFO VIANA:-** (...) que lhes concederam o mandato. Vamos ter mais responsabilidade e trazer o debate da segurança pública para esta Casa, para que o governo possa fazer os investimentos necessários para garantir à sociedade uma segurança digna.

Eu agradeço-lhe, Sr. Presidente, por sua tolerância e sua imparcialidade no dia de hoje.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Joseildo Ramos.

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, todos que nos assistem, quero mandar um abraço aos estudantes que nos visitam. Sejam sempre bem-vindos e não se assustem com este debate. Isso faz parte do dia a dia, é a nossa democracia, é assim que se faz.

Sr. Presidente, gostaria de que a minha presença na tribuna servisse para refrescarmos a memória sobre um passado recente, deputada Maria del Carmen.

Durante vários e longos anos, deputado Zé Raimundo, quem definia o encaminhamento das ações macroeconômicas em nosso País era o FMI. E todos nós

deveríamos ficar com o rabo entre as pernas, com vergonha, com a cabeça baixa, porque o FMI ditava o que deveríamos fazer com nossa economia.

A nossa dívida externa era considerada impagável. Alguns deputados da Oposição teimam em dizer, aliás, reproduzem uma falácia de um tempo muito recente, que existia planejamento no governo estadual da Bahia.

Qual planejamento? Vejam como anda a situação da atenção básica de saúde no Município de Salvador. A cobertura territorial, hoje, da atenção básica, da estratégia de saúde da família não vai até 16%. Quantos leitos hospitalares próprios existem em Feira de Santana, em Salvador, será que tem um? Foram dezenas de anos a fio. Quem governou o Estado? Quem governou a capital e a segunda maior cidade da Bahia? Não tem um leito hospitalar. Mas tudo bem, vamos falar do Estado. Eram 311 durante todo o passado, durante toda a história moderna, e hoje temos mais de mil. Mas ainda não dá.

Estão falando de segurança pública. Aliás, em todas as áreas é possível fazer comparações. Só que é muito mais fácil fazê-las do ponto de vista do investimento que se fez até então nessa área no Estado da Bahia. Como eram as viaturas dos governos passados? Como eram os equipamentos de proteção aos policiais? O armamento? Qual era o tamanho da tropa da Polícia Militar do Estado da Bahia? Uma tropa que já estava envelhecida, que rodava de Meriva e com os carros emprestados das municipalidades baianas.

Mas nós estamos num tempo diferente. De Norte a Sul deste País a nossa juventude – que só tinha, em termos percentuais, 5% de presença no Ensino Superior - hoje já está com 15%. Em tão pouco tempo duas vezes mais, 200%! É uma mudança muito grande! E 82% da fome que existia neste País em 12 anos foram debelados! Isso também é muito importante! Sem falarmos da agricultura familiar, através do projeto de aquisição de alimentos conjugado com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, e das creches.

Agora temos ainda o rescaldo do grande incêndio. A privatização das ferrovias como foi feita. Tive a presença, numa preocupação legítima, Sr. Presidente, do deputado Leur Lomanto, que foi membro da CPI da Telefonia junto comigo. E ele há de concordar que nós achamos que a privatização das Telecomunicações abriu a possibilidade de acesso para a telefonia móvel. Mas qual a qualidade que ela tem e qual o preço que se paga? E as agências reguladoras foram criadas depois da sanha privatista dos governos que passaram.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Quero igualar o nobre deputado Adolfo Viana e conto com a sua aquiescência.

Então imaginem a siderurgia, a indústria naval! Tudo isso sucumbiu por falta de planejamento, por falta de respeito à sociedade brasileira!

Para concluir, quero dizer que estamos atravessando esta que é uma crise grande, mas numa maneira muito mais favorável do que a Itália, Espanha, França, que já purgaram muito dos pecados que ainda deveremos e haveremos de passar.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Leur Lomanto Júnior, pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, volto à tribuna no dia de hoje para novamente tratar de assunto relacionado à segurança pública em nosso Estado. Aqui, sucessivamente, tenho procurado trazer esse debate, esse tema a esta Casa. E, caro e querido amigo deputado Joseildo Ramos, o nosso intuito não é fazer um discurso comparativo nem ficar olhando pelo retrovisor o que foi feito, o que se deixou de fazer. Mas, a verdade do que se passa em nosso Estado hoje é que a criminalidade, os bandidos vêm tomando conta, de uma forma assustadora, do nosso Estado.

Isso quem está dizendo não é o deputado Leur, isso está diariamente nas manchetes de todos os jornais, dos principais jornais da televisão do nosso Estado, isso está amplamente divulgado em todos os blogs, nas redes sociais. Cada dia que passa, nós somos surpreendidos pela audácia dos bandidos que estão, cada vez mais, assustando a população do nosso Estado.

E eu aqui, há cerca de 15, 20 dias, trouxe uma proposição de fazer um amplo debate com todos os Srs. Parlamentares, no intuito de que cada parlamentar aqui não fique somente a criticar ou a apontar os erros, quer sejam deste atual governo ou de governos passados. Mas que façamos aqui o nosso papel também de contribuir, de propor, de identificar os gargalos, mas propor ações concretas para que o governo do Estado ou o governo federal possam combater a criminalidade.

Eu comecei a fazer a minha parte. Já fiz aqui duas indicações ao governador Rui Costa, vou tirar cópia e entregar ao Líder do Governo, uma no sentido de trazer uma maior presença da Polícia Militar no interior do nosso Estado, criando e ampliando as Companhias Independentes de Polícia Especializada pelo interior da Bahia. Propus que fossem criadas cerca de mais de 20 Companhias de Polícias Independentes Especializadas para abranger, deputado Zé Raimundo, todas as regiões do nosso Estado. Porque, no meu entendimento, o que falta, muitas vezes, é a presença da Polícia em determinados locais, em determinadas cidades do interior baiano.

Então, fiz essa indicação, vou encaminhar cópia ao Líder do Governo para que também faça essa defesa perante o Secretário de Segurança Pública e o governo do Estado.

E hoje, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares fiz outra indicação, no sentido de um grave problema que vem afetando a população da Cidade do Salvador especificamente. É um policiamento ostensivo que está faltando na orla da nossa capital. É uma verdadeira vergonha para nós que temos a questão do turismo entre os principais atrativos, entre as principais atividades econômicas do nosso Estado.

Ontem mesmo foi assassinada uma pessoa na orla de Salvador. O meu sogro foi assaltado, fazendo cooper na praia de Jaguaribe. E todo dia temos a informação de que alguém foi assaltado, de carros que estão sendo roubados. Então, é preciso, é necessário um policiamento na orla da nossa Cidade do Salvador.

E fiz a indicação para que, do Farol de Itapuã ao Farol da Barra, se estendendo

também pelas praias do Subúrbio e da Região Metropolitana de Salvador, possa ter, no raio de 2 em 2 Km, dois policiais para fazer a segurança da nossa orla. Aproveitando, inclusive, os mirantes que já existem nas praias de Salvador, para que esses policiais possam fazer as rondas da nossa orla.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado Leur Lomanto Júnior.

**O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:-** Espero que V.Ex<sup>a</sup> tenha exatamente a mesma tolerância que teve com o deputado Adolfo Viana, pois concedeu a ele 2 minutos além do que ele já tinha.

Mas, só para concluir, não vou abusar da tolerância de V.Ex<sup>a</sup>, é disso que nós precisamos. Eu vou fazer a minha parte, vou entregar ao governo as indicações, as sugestões. Agora o governo precisa ter uma coisa, deputado Robinho, precisa ter a segurança como prioridade.

Deixar de se gastar um pouco, deputado Antônio Henrique Júnior, por exemplo, em publicidade. São milhões e milhões, já começou de novo, deputado Sandro Régis. Começou com televisão, jornal, a moda agora não é mais outdoor, agora é “tridoor”, eles juntam três placas uma na outra para divulgar ...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

**O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:-** Concluindo, Sr. Presidente Peço a tolerância de V.Ex<sup>a</sup>.

(...) divulgar as ações do governo, muitas vezes ações que não existem.

Então, conclamo os parlamentares que têm projetos de lei apresentados na área da Segurança Pública, para que faça um esforço conjunto e que esses projetos sejam aprovados.

Estou fazendo a minha parte, vou entregar as indicações, continuar pesquisando e procurando ações que possam combater a violência. Tenho também projeto de lei para a área da segurança pública e vou continuar fazendo a minha parte, criticando e mostrando também sugestões claras, concretas e possíveis de serem realizadas. Basta ter prioridade e boa vontade para que possam ser realizadas. Serão ações, sem sombra de dúvida, de fundamental importância no combate à criminalidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Robinho pelo tempo de 5 minutos. Antes, porém queria dar uma informação de que está tramitando nesta Casa dois projetos de resolução de muito interesse para a Bahia. Um deles é para denominar o aeroporto de Barreiras, como Antônio Balbino Filho, e também denominando a Governadoria como Palácio Dois de Julho. Gostaria que a Comissão andasse rápido com os pareceres.

**O Sr. ROBINHO:-** Meu amigo, presidente Marquinho Viana, é motivo de satisfação estar, neste momento, conversando com os Srs. Deputados e falando sobre o que gostamos. Quero, neste momento, falar de uma coisa muito importante para os produtores da Bahia. Sou um apaixonado pela política e nos momentos vagos, nos

finais de semana, tenho visitado o interior da Bahia e tenho sido cobrado pelos pequenos produtores. Aqueles que não têm a titularidade das suas propriedades.

A Comissão da Agricultura e Política Rural é o órgão competente do governo para regulamentar as propriedades, e tem uma morosidade muito grande. Quero, neste momento, aqui, fazer uma indicação ao governo do Estado não só para priorizar as pequenas propriedades, aquelas com até quatro módulos rurais, consideradas pequenos produtores, para que o governo não só priorizasse na agilidade da documentação, da titularidade, mas que o governo também pudesse isentar das taxas os pequenos produtores, os que têm até quatro módulos rurais.

Quero dizer a todos vocês que contei para essa minha indicação com o apoio do experiente deputado Marcelino Galo. Conversando com ele, achei um entendimento de que é possível e interessante que o governo que seja sensível aos pequenos produtores com até quatro módulos rurais, para que ele possa ter sua titularidade. Isso porque o governo, através de um decreto, teve um aumento do valor de terra nua na Bahia, chegando a 400% em alguns municípios. Esses pequenos produtores são os que ficaram sem condições de se organizar e se tornar legal em suas pequenas propriedades.

Então a minha indicação é facilitar e agilizar a legalização das pequenas propriedades com até 4 módulos rurais. Outro item importante, isentar até quatro módulos rurais de cobrança, já que o valor da terra nua teve um acréscimo muito grande.

Então, muito sensível aos pequenos produtores rurais, é que venho conclamar o governo do Estado, através de indicação, dentro da política do governo de apoio aos pequenos produtores, para que esses agricultores se organizem e estejam legalmente com a sua documentação para que possam produzir e gerar riquezas para a nossa Bahia.

É o que tenho a falar para os colegas e a pedir ao governo do Estado. Peço para que a Liderança do governo, o nosso amigo Zé Neto, intervenha para que o governo possa ser sensível aos problemas dos pequenos produtores rurais da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder e futuro prefeito de Itabuna deputado Augusto Castro – o fenômeno eleitoral da região cacaeira.

**O Sr. AUGUSTO CASTRO:-** Presidente e nobre Líder da Oposição que ora preside esta Casa deputado Sandro Régis, deputados da base do governo e da Oposição, hoje, volta à tribuna desta Casa, primeiro, para relatar e dizer da alegria dos investimentos que o governo federal anuncia para a Bahia: um pacote de 198 bilhões.

Ao mesmo tempo, com muita tristeza, tenho de dizer que, embora agora anuncie esse investimento de 198 bilhões para modernização, a Bahia recebeu muito pouco e recebe muito pouco. A Bahia recebe pouco menos de 3%, 5%, de todo o investimento que o governo federal anuncia...

Ontem, na cerimônia em Brasília, foi que a presidente Dilma anunciou esse pacote de medidas importantes para destravar a economia do País. Mas a tristeza que chega ao nosso Estado é o pouco investimento que o governo federal traz para a Bahia. Anunciou a duplicação do trecho de Feira de Santana/Gandu, sendo que o importante, nesse momento, para a Bahia seria a duplicação de Feira/Mucuri, uma BR muito perigosa para o Estado, uma BR da morte.

Então o governo federal tem investido muito pouco na Bahia, tem dado muito pouca atenção pelo que a Bahia produz, pelo que a Bahia conseguiu no passado contribuir para o Brasil e continua contribuindo.

Vemos que o governo federal, dentro do programa que lançou, esqueceu de obras importantes, Líder deputado Sandro Régis, para o nosso Estado, a exemplo, deputado Zé Raimundo, V.Ex<sup>a</sup> que representa Vitória da Conquista, da nossa ferrovia de integração Oeste-Leste que liga a região Oeste ao porto de Ilhéus. Há falta de atenção por parte do governo federal que deveria incluir também nesse pacote de investimentos a duplicação da tão importante e sonhada estrada Ilhéus/Itabuna. A duplicação da estrada Ilhéus/Itabuna está no PAC II e não saiu do papel. A ponte de Ilhéus/Pontal é uma obra orçada em 200 milhões. E não houve nenhuma sinalização por parte do governo, em relação a esses investimentos que foram anunciados ontem.

Temos muitos investimentos de infraestrutura que a Bahia vai deixar de receber. São quase 200 bilhões de reais. A Bahia é um Estado muito importante para o Nordeste, é a porta de entrada para o Nordeste, e pela importância política que tem está recebendo muito pouco.

Acho que a classe política, os parlamentares que representam a Bahia, são 39 deputados federais e 3 senadores, deveriam se unir de forma suprapartidária para exigir da presidenta Dilma Rousseff um maior volume de recursos para um Estado tão importante como é o nosso Estado da Bahia.

Esses investimentos foram anunciados, mas falta, realmente, maior investimento para os aeroportos da Bahia. O aeroporto de Ilhéus precisa do investimento da Infraero e da Secretaria Nacional de Aviação Civil. É um aeroporto que opera sem instrumentos, muito perigoso e que o governo não tem dado a atenção dentro do programa de modernização e infraestrutura. É preciso que a Assembleia Legislativa, junto com a Câmara Federal, consiga sensibilizar o governo federal, já que a Bahia perdeu muito. E com essa crise econômica que está instalada, com essa quantidade de desemprego, é preciso que a Bahia tenha prioridade número um.

Então, fiquei muito triste quando vi o governo federal anunciar que a Bahia terá somente cinco bilhões de reais. Não dá, porque precisamos da duplicação ligando Feira de Santana à 324, à 101, na divisa da Bahia com o Espírito Santo, próximo a Minas Gerais.

Venho à tribuna desta Casa para protestar do tratamento que esse governo dá à Bahia. É uma diferença muito grande, porque a Bahia contribuiu com a eleição da Sra. Presidente da República.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis): - Com a palavra o nobre deputado, professor de Vitória da Conquista e futuro vice-prefeito de Herzem Gusmão, deputado Zé Raimundo.

**O Sr. ZÉ RAIMUNDO:-** Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, os que nos assistem, naturalmente, quero que nas notas taquigráficas fique registrado que esse foi um momento de devaneio do nosso presidente, com todo o respeito. Até porque é impossível no atual sistema eleitoral, se fosse no sistema antigo, podia acontecer isso pra presidência da República. A pessoa votava em um candidato para presidente e para vice em outro. Tanto que João Goulart foi vice-presidente de outro presidente. Mas, infelizmente, o sistema eleitoral, para o bem ou para o mal, não permite isso. Mas qualquer que seja aquele que assumir a prefeitura de Conquista assumirá uma gestão deixada com muito trabalho, com muito progresso. Aliás, a Bahia do futuro também vai agradecer a esses anos do governo do PT, de Wagner e do companheiro Rui.

Queria, Sr. Presidente, nesta breve intervenção, fazer algumas observações sobre esse debate. A primeira delas é o debate sobre segurança pública. É um tema que, às vezes, não gosto nem de falar dada a sua complexidade, dada a sua profundidade. Às vezes, o discurso político é muito ligeiro, é muito apressado, é muito midiático, busca apenas angariar a simpatia para a crítica. A segurança pública é algo profundo, precisa que a sociedade e todas as instituições cuidem desse tema. Claro que a responsabilidade maior é do estado. Desde o aparecimento das teorias modernas do estado, a segurança pública é configurada como um dos itens fundamentais do direito do cidadão. Em todas as constituições modernas está o direito à privacidade e à segurança pública como obrigações do estado. Por isso quero dizer que, às vezes, não é bom debatermos esse tema numa tribuna, porque não dá para aprofundar.

Por exemplo, a Oposição não quer ver de maneira retrospectiva, só quer ver a Bahia. Ora, a segurança pública é um ambiente social, é um ambiente histórico, são condições geradas, é uma herança que herdamos de gerações passadas, de um processo histórico. E, ao mesmo tempo, é um processo em que não há uma fronteira específica. Em Vitória da Conquista, posso dizer com humildade - construímos lá uma parceria com o governo do Estado, mesmo a nossa prefeitura sendo de oposição à época - foi um dos primeiros municípios a instalar o videomonitoramento, foi um investimento da prefeitura de Vitória da Conquista. Os índices melhoraram durante 1 ano, 2 anos, mas infelizmente voltaram a subir de novo. É algo muito sério. O governador Jaques Wagner começou esse trabalho, ampliou, agora convocamos 2 mil policiais militares, cerca de 900 policiais civis, construímos uma rede de companhias independentes, estamos implantando isso aí. O deputado Prisco sabe disso, concordando ou não é um avanço, melhoramos as condições, mas não vai resolver enquanto a sociedade não modificar seus valores, enquanto as estruturas do cotidiano não assegurarem o valor moral para coibir o instinto, digamos assim, de confronto com a ordem legal. É muito complexo esse tema.

O governador Rui Costa vem se esforçando, visitando o interior, conversando com a hierarquia da Polícia Militar, da Polícia Civil para melhorarmos as condições institucionais.

Quero também, Sr. Presidente, dizer que está havendo aqui uma confusão nesse debate sobre as privatizações. Tema que a deputada Maria del Carmen, engenheira, com sua experiência, vai tratar de forma pormenorizada, hoje ou talvez em outras sessões. Quero levar ao debate o seguinte: talvez e efetivamente precisamos fazer uma autocrítica do nosso papel, das esquerdas, em relação ao Estado e às privatizações.

Quero chamar a atenção, o que estamos fazendo hoje aqui no Brasil são concessões de serviços. A nossa grande crítica à privatização do neoliberalismo que o PSDB foi o campeão no Brasil, continuando no governo Collor, foi dos ativos da infraestrutura, Minas, sistema bancário, ou seja, aquelas dimensões estruturantes do Estado. Voltaremos depois a essa reflexão. Agora estamos concedendo a concessão de serviços e o Estado continua auferindo o controle social com as agências reguladoras que têm seu lugar, efetivamente, foi uma invenção do PSDB, são agências importantes, não podemos negar. Não somos santos, não estamos inventando o mundo. O PT e o Lula herdaram também coisas positivas dos outros governos, das outras experiências históricas. Seria loucura alguém querer começar a história do zero, afinal não estamos no paraíso, não somos nem Adão nem Eva.

Por isso, Sr. Presidente, esse debate é importante, para concluir com a tolerância de V.Ex<sup>a</sup>, grande deputado, bem votado na região do Sudoeste, aliás tem municípios ali em que V.Ex<sup>a</sup> teve mais votos do que o prefeito. Então, V.Ex<sup>a</sup>, sendo tolerante, eu diria que esse debate é importante para que possamos definir qual é o modelo onde as concessões e as privatizações não retirem do Estado o poder regulador e controlador da riqueza de sua capacidade regulatória.

Muito obrigado, Sr. Presidente, tenho certeza que vamos avançar com essas obras, com essas privatizações, essas concessões, melhor dizendo, que a presidente Dilma anuncia para o Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a nobre deputada Dr<sup>a</sup>. Maria del Carmen.

**A Sr<sup>a</sup> MARIA DEL CARMEN:-** Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, que preside a sessão de hoje, Srs. Deputados, Sras. Taquígrafas, funcionários da Casa, aqueles que nos assistem através da TV Assembleia, agradecer o “doutora”, mas sou engenheira, portanto, não posso ter o título de doutora.

Venho a esta tribuna para continuar dois debates que hoje foram objeto durante toda a tarde, os pronunciamentos mais diversos de vários companheiros que aqui estiveram nesta tarde. Um deles vou iniciar na próxima semana faremos isso com mais profundidade, pois 5 minutos são insuficientes.

Acho que está havendo uma confusão sobre os anúncios que aqui foram trazidos pela presidente Dilma, hoje, com relação às concessões ou investimentos privados em grande escala nos quais o Estado não entra diretamente, mas auxilia no processo -, e sobre o que é obra pública.

Portanto, os investimentos que têm para a Bahia, do ponto de vista de concessões ou intervenções da iniciativa privada, são relativamente baixos para o que



nós gostaríamos que houvesse para o Estado.

Mas o que é obra pública? A FIOLE não está nesse anúncio porque ela é obra pública. A duplicação da rodovia Ilhéus Itabuna é obra pública; a duplicação da BR-101, no trecho Norte, é obra pública; a intervenção da BR-101, do limite entre Espírito Santo e Eunápolis, é obra pública; a ligação que está prevista entre a ferrovia Centro-Oeste e a Norte-Sul, no trecho que vai interligar com a FIOLE, também será uma obra pública. Então as obras públicas não estão nesse pacote, não estão nessa intervenção.

Portanto, a Bahia inclusive ganha mais, porque ganha essas obras que são públicas e garantirão os investimentos que nós precisamos. Estas que já estão: o Porto Sul, a FIOLE, Ficon e algumas outras ou várias outras intervenções estão nos pacotes já definidos, alguns deles com contratos, com concessão acordada. O que haverá depois, com relação a FIOLE, é outra coisa, que é a concessão da utilização da ferrovia, que será um chamamento posterior e não entrou nesse processo agora.

Então, creio que não devemos nos precipitar, neste momento, e devemos fazer essas observações para que a gente traga e, inclusive, aprofunde essas intervenções que serão feitas na Bahia. Elas são indispensáveis e necessárias para o desenvolvimento desse Estado.

Por último, quero fazer uma observação e até falar da satisfação que tive, hoje pela manhã, deputado Zé Raimundo, de participar de uma reunião no Centro Histórico. Eu diria que foi uma reunião histórica, inclusive, porque lá estavam governo do Estado, Prefeitura Municipal de Salvador, governo Federal, o IPHAN, o IPAC, a Secretaria de Turismo do Município, a Secretaria do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento Econômico, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Ação Social, a Câmara de Vereadores e diversos órgãos e movimentos sociais que trabalham no centro histórico. Todos estavam tentando encontrar saídas, soluções para o centro histórico, na busca de retomar aquele espaço que é tão importante para a nossa cidade.

Não adianta buscar culpados no processo. O que adianta é o que foi feito hoje: o encontro de todos aqueles atores que lá podem estar intervindo e que, com certeza, darão enormes frutos para a reintegração dessa região da cidade.

Terminando, deputado Leur Lomanto, foi criado, pelo governador, o batalhão do turismo com 100 policiais, de imediato, que estarão trabalhando na área, não só no centro histórico, como em toda orla de Salvador e nas outras áreas de interesse turístico dessa cidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder, ex-prefeito de Caculé, liderança regional, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Zó:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O Sr. PRESIDENTE:- Pois não, deputado.

O Sr. Zó:- Faço um registro hoje do aniversário de João Gilberto, brasileiro, baiano e conterrâneo lá da nossa terra, Juazeiro. Para nós, de Juazeiro, que estamos

aqui, trabalhando, discutindo a política do Estado da Bahia também com muita saudade, “chega de saudade”, ainda bem que sexta-feira volto para Juazeiro. João Gilberto, 84 anos, pai da Bossa Nova, nascido às margens do Rio São Francisco.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Registrado, e peço que seja transcrita sua fala nos Anais da Casa, deputado.

O Sr. Zó:- Obrigado, Sr. Presidente!

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, também gostaria de me associar ao deputado Zó nessas suas palavras e fazer essa justíssima homenagem a João Gilberto. O deputado Zó depois não vai poder dizer que eu não o acompanho em suas observações aqui na Casa. Então, também gostaria de deixar registradas aqui a minha admiração e a minha deferência a João Gilberto.

O Sr. Zó:- Presidente, me permita, deputado Luciano Ribeiro, só para complementar as palavras do deputado Adolfo Viana, meu conterrâneo das águas do São Francisco. Temos uma discussão. Inclusive, iremos, eu, ele e o deputado Luciano Simões Filho a Pilão Arcado. No aspecto das discussões propositivas para o Estado da Bahia, acho que deixamos Situação e Oposição de lado e discutimos o que é importante para o nosso Estado. Ano que vem vamos fazer uma disputa política na região para prefeito e daqui a 3 anos para deputado, mas, politicamente, na defesa do Estado da Bahia, continuamos juntos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado – deputado estadual – Luciano Ribeiro.

**O Sr. LUCIANO RIBEIRO:-** Meu nobre Líder, ora presidente desta Casa, que abrilhanta essa cadeira, meus queridos e queridas deputados e deputadas, funcionários, imprensa, nesta tarde estamos a assistir a um desfile de, talvez, reconhecimento da culpa que atinge aqueles que durante tanto tempo pregaram aquilo que, na verdade, era errado. Quero dizer que é próprio do ser humano e é grandioso para aqueles que saibam reconhecer os seus erros e buscarem no presente os seus acertos. Quero dizer isso porque estamos às vésperas de um acontecimento para o partido que governa a Bahia e o Brasil há 12 anos, o seu aniversário. Nada mais justo do que se reunirem, fazerem suas comemorações, imaginarem no que erraram, no que acertaram, e traçarem novos rumos. Mas grandioso mesmo é ver, mesmo em lapsos repentinos, alguns que aqui passaram reconhecerem os erros, e vejo que a própria consciência os trai. O deputado Zé Raimundo fez um exercício para não falar de privatização, mas outro não é o pacote ontem lançado pela presidente da república, do PT, se não estabelecer uma privatização. Aquilo que era um demônio, aquilo que era condenado por eles nos momentos políticos. Só lamento que esse gesto tenha demorado tanto tempo, não só das privatizações, daquilo que efetivamente tem que ser privatizado, mas do reconhecimento de tantos erros, que demoraram tanto tempo, que estão a causar tantos dissabores à Nação brasileira. E aí se usa o argumento de que no passado era assim, no passado foi assim, aqueles que governaram no passado, como se Sarney, Collor, César Borges, Otto Alencar e tantos outros não fizessem parte do governo atual, federal ou estadual, que estavam no passado e hoje estão no presente. Mas quero dizer que, mesmo se fizéssemos aqui um exercício para admitir acertos do governo que aí está, quero dizer que os eventuais acertos, próprios até do tempo e da evolução, não podem se constituir num alvará, num passaporte para os

desacertos que tantos males causa à Bahia, seja na saúde, que é um caos, seja na educação, que não existe, seja no tratamento perverso aos servidores, seja, deputado Prisco, na situação terrível em que vivem as famílias brasileiras na questão da segurança pública.

Vi aqui, e com surpresa, o deputado Joseildo dizer que no passado as prefeituras bancavam a polícia. No passado tão recente, pois fui prefeito há 2 anos, acompanho a vida das prefeituras e da polícia, sei que a polícia nos municípios são bancadas pelas prefeituras no alto custo de automóvel, de mecânica, de gasolina, de estrutura, de funcionário, de telefone, de gás de cozinha, de tudo, enfim.

Eu queria que os debates passassem da mera retórica. O que aqui digo é o que trago dos sentimentos daqueles que depositaram a sua confiança em meu mandato para que eu estivesse aqui, vindo do sertão da Bahia, para trazer esse sentimento de indignação. Volto a repetir: mesmo que façamos esse exercício imaginário de compreender alguns acertos, não podemos, a sociedade baiana, a sociedade brasileira, dar um passaporte, não podemos constituir um alvará para os tantos desacertos de manter um Estado com tão alto custo à Nação brasileira.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Prisco, representante da Polícia Militar da Bahia.

**O Sr. SOLDADO PRISCO:-** Sr. Presidente, boa-tarde a V.Ex<sup>a</sup> e a todos os presentes, fico escutando sobre segurança pública que os amigos abordaram, deputados do PT. Ao descer o corredor, ouvi o deputado Joseildo discorrer sobre segurança pública. Fico impressionado com o tamanho descaso com a segurança pública do governo do Estado e dos parlamentares da sua Bancada.

Nesse final de semana, estive nas cidades de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Barra e Irecê. Lá, o cenário era dantesco. Era o mesmo cenário que vemos de descaso total com a segurança pública. Falar que as prefeituras não bancam a Polícia Militar hoje, meu nobre amigo Luciano Ribeiro, é uma verdadeira piada de mau gosto. Em todas as cidades do interior da Bahia, todas, sem exceção, a Polícia Militar é bancada pelas prefeituras, em todas as situações.

Se as prefeituras não bancarem, a Polícia Militar para no interior da Bahia, literalmente. Faz greve sem ter esforço. No interior, são os prefeitos que bancam toda a estrutura da polícia, em tudo: cedem móveis, combustível, alimentação, pagam, inclusive, diárias para os policiais trabalharem. É um verdadeiro absurdo o que vemos hoje. Encontramos unidades sucateadas, acabadas, prédios desabando.

Em Barreiras, vimos o prédio de uma instituição, do Corpo de Bombeiros, desabando, simplesmente. Fizemos a filmagem e faremos a denúncia de novo ao governo do Estado. Temos unidade em Salvador em situação semelhante. Visitamos, hoje, a 14<sup>a</sup> Companhia, no Lobato, totalmente degradada, caindo aos pedaços, o muro já caiu. E o governo do Estado brinca de fazer segurança pública, brinca com os homens e mulheres deste Estado.

A Bahia, hoje, está uma lástima em segurança pública. Foram 105 assaltos a

banco no ano, primeiro do Nordeste, matéria em rede nacional. No entanto, vejo aqui deputados dizendo que houve investimento na segurança pública na Bahia. Investimento de quê? Só se foi investimento no crime, no aumento do tráfico de drogas. Isso é só bravata política. Parece que esse governo não percebeu o mal que está fazendo. Criar batalhão turístico?! Na Bahia, em Salvador, existe um batalhão turístico: o 18º Batalhão. O que o governo Wagner criou e Rui aprovou foram mais cargos, com a aprovação da LOB aqui.

O governador chegou aqui, no dia da abertura dos trabalhos, disse que colocaria 2 mil policiais administrativos nas ruas. Ele próprio criou 2.840 vagas administrativas, criando cargos e dando DAS. Disse que o Estado está em contenção de despesas e não pode gastar, e cria 542 cargos comissionados na Polícia Militar, só burocratizando e, cada vez mais, travando a Polícia. Gostaria de saber quem é esse gestor que está gerindo a Polícia neste governo do PT, porque ele não sabe nada de Segurança Pública. A Segurança Pública está entregue às baratas, ao crime organizado que está mandando e desmandando.

Ontem, mais uma vez, em Paulo Afonso, no presídio, houve rebelião, chacina, e não se fala nada, nenhum parlamentar do governo fala. Cadê a Comissão dos Direitos Humanos, que é comandada pelo membro do PT, que nada fala? Em Feira de Santana, foram nove assassinatos, uma cabeça rolou, como se estivesse jogando futebol, e nenhuma providência foi tomada. Se fosse nos governos passados, haveria aqui um estardalhaço e a Bahia teria parado neste momento. É a incompetência de um governo - que nada faz - ao gerir a Segurança Pública.

O que temos visto, pelo interior da Bahia, é um verdadeiro descalabro, desrespeito total com todos os cidadãos baianos. Espero que essa resposta seja dada, porque essa não é uma situação política de fazer palanque eleitoral, não. Todo mundo está vendo a realidade do que está acontecendo na Segurança Pública e a mentira do governo ao dizer que o número de homicídios baixou. Quero saber em qual Bahia? Que Bahia é essa? Em que televisão passa isso? Não vemos na realidade, no dia a dia, nas ruas.

A população está com medo e não sai às ruas, pela incompetência. Há unidades no interior que não tem armamentos, os coletes estão vencidos. O assalto que houve, no ano passado, fazendo um ano agora, deixou até hoje toda a unidade brocada de bala. O governo não teve nem a decência de tapar os buracos da sua incompetência.

Vimos um assalto na cidade do Conde, um verdadeiro absurdo. Um gerente e um vigilante foram amarrados no veículo e levados como reféns, e não ouvimos nem uma palavra do governador do Estado. A incompetência está em gerir a Segurança Pública. É a manutenção do modelo do governo passado que faliu.

Infelizmente hoje a Segurança Pública na Bahia está falida e esse modelo não está funcionando. Está provado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o assunto mais debatido neste Pequeno Expediente foi justamente o que é mais debatido em todo o Estado da Bahia. A população baiana anda em pânico, porque o nosso Estado não oferece segurança necessária para que as pessoas se sintam confortáveis ao andar na rua.

Sr. Presidente, a minha sugestão, para este Plenário e para a Mesa Diretora, é que conversemos com o presidente da Comissão da Segurança Pública para que façamos uma reunião com todos os parlamentares. Não é razoável que o tema, hoje, mais importante a ser tratado em nosso Estado seja visto apenas por uma parcela dos Srs. Deputados desta Assembleia Legislativa da Bahia.

A minha sugestão é que convidemos o presidente da Comissão da Segurança Pública e, se possível, façamos uma sessão para tratar única e exclusivamente da Segurança Pública.

Assim, poderemos encontrar caminhos, projetos de parlamentares que possam contribuir com a Segurança Pública do Estado da Bahia. É necessário fazer um levantamento, ver quais são os projetos de parlamentares que tratam do tema, apreciar, fazer um pente fino para que esta Casa dê a sua parcela de contribuição ao Estado da Bahia – que perdeu a sensibilidade e não entende que, hoje, os baianos não saem de casa com o mínimo de segurança pública.

Essa é a minha sugestão, Sr. Presidente, que façamos um debate amplo. Acho que o presidente da Comissão de Segurança Pública deve convidar os parlamentares para esse debate, pois já passou da hora.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Acato a sugestão de V.Ex<sup>a</sup> e designo o deputado Leur Lomanto Júnior, como 1º Secretário da Mesa, para levar esse assunto para a Mesa Diretora e pautar uma sessão especial para que seja debatida essa situação.

O deputado Leur Lomanto Júnior está designado com a missão de levar esse assunto à Mesa Diretora.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, agradeço a sugestão de V.Ex<sup>a</sup>. Realmente o quadro no qual se encontra o nosso Estado hoje é muito preocupante, deputado Prisco. Chegamos ao fundo do poço. Alguma atitude tem que ser tomada por esta Casa, por nós parlamentares. Não podemos ficar aqui, deputado – é isto que tenho cobrado insistentemente desta Casa nas últimas semanas: nós temos que fazer nossa parte. Não adianta ficarmos somente levantando os problemas. Temos que nos debruçar sobre os problemas, sobre o que vem acontecendo. A obrigação de resolver é do governo! Mas o problema em si é uma questão suprapartidária.

Nós não precisamos fazer aqui, deputada Fabíola, uma guerra política para saber quem teve razão. Vejo muitas vezes aqui discursos raivosos, querendo olhar para o retrovisor. E dizem que há 8 anos atrás acontecia isso, acontecia aquilo, que os números eram esses, eram aqueles. Uma guerra de números! Não é isso que a população está querendo! A população está querendo alguém que resolva os problemas.

Tenho batido na tecla, deputado Prisco, que é um profundo conhecedor dessa temática nesta Casa, que segurança pública tem que ser prioridade. E a verdade, deputado Herzem, é que nunca foi prioridade. Não quero aqui culpar a, b, c e d, não quero fazer caça as bruxas. O que temos que ver é que muitas vezes é preciso recursos financeiros. Bato nessa tecla aqui já há alguns anos.

Os Estados que elegeram a segurança pública como prioridade conseguiram ter retorno positivo. O Estado de Pernambuco, por exemplo, na época da gestão do governador Eduardo Campos, conseguiu números satisfatórios; conseguiu reduzir os índices de criminalidade, de violência, de tráfico de drogas, de assalto a banco, de roubo de carro. É isso que vimos cobrando.

Então, a nossa sugestão é que os parlamentares do governo e da Oposição façam suas sugestões e elenquem os problemas. E digamos: “Governador Rui Costa, estão aqui algumas das soluções apresentadas pela Assembleia Legislativa da Bahia. Detectamos tais problemas, tais soluções”. O deputado Prisco conhece muito bem as deficiências da Polícia Militar, do que a Polícia Militar precisa. Colocar isso tudo no papel e dizer: “Está aqui. Cabe agora a V.Ex<sup>a</sup> executar”. Não tem recursos? Procure-se diminuí-los de onde estão sobrando. Por exemplo, gastar fortunas em publicidade, para quê? Em um momento desses que o País atravessa, nessa crise econômica sem precedentes? E já vemos de novo a publicidade maciça que o governo do Estado vem fazendo nas rádios, nas televisões. Para que isso agora, eu pergunto. Tire-se um pouco da publicidade, enxugue-se a máquina, deixe-se de gastar de forma desnecessária, como muitas vezes vemos o governo gastando. Cito o exemplo do desperdício do dinheiro público no gasto de mais de R\$ 100 milhões para reformar o Estádio de Pítuaçu, e está aí o Estádio de Pítuaçu, um elefante branco, que não serve para nada, sem ser utilizado.

Então, deputado Sandro, agradeço a sugestão de V.Ex<sup>a</sup>. Estou à disposição. Acho que essa tem que ser uma luta suprapartidária, deputado Prisco. Agora, nós precisamos e devemos agir, não só criticando, mas contribuindo também. Cabe ao governo estadual e federal executar, elaborar a forma de encontrar os recursos para amenizar a questão da violência que vem assolando a população do Estado da Bahia.

Acredito que se nós, parlamentares, todos nós juntos, unidos, apresentarmos as sugestões, vai ficar na mão do governo ter condições de realizá-las ou não.

Agradeço a V.Ex<sup>a</sup> a tolerância nessa minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Vou abrir uma exceção e falará um deputado do governo e outro da Oposição. A deputada Fabíola, pelo governo, o deputado Herzem Gusmão, pela Oposição, e encerraremos a sessão.

Concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur.

**A Sr<sup>a</sup> FABÍOLA MANSUR:-** Sr. Presidente, muito obrigada pela oportunidade de estar falando. Caros colegas deputados, deputada Maria del Carmen, senhores presentes às Galerias, Venho me associar ao espírito suprapartidário de priorização do assunto segurança pública, deputado Adolfo, muito bem sugerida por V.Ex<sup>a</sup>, que deve extrapolar, sim, os limites da comissão, como tantos outros assuntos extrapolam os limites da Comissão de Saúde, da Comissão dos Direitos da Mulher, exatamente para que possamos encontrar as soluções, muito mais do que apenas o diagnóstico de problemas.

Trago aqui a matéria que, infelizmente, nos chocou em relação ao quantitativo de caixas eletrônicos que são explodidos no País. Ao todo, foram 300 caixas eletrônicas explodidas, sendo que 100 caixas, mais de 30%, na Bahia.

Muito mais do que apontar culpados, é preciso dizer à vítima desses furtos que cabe ao Estado implementar a segurança, aumentando essa segurança. Cabe também à Febraban, isto é, aos bancos, sua participação. Mas cabe, e estamos fazendo uma proposta de indicação ao governo federal, deputado Herzem, que voltemos a usar tinta para pintar as notas que vão para os caixas eletrônicos.

Sabemos que não se pode danificar notas, que é patrimônio federal. Há uma lei, deputado Adolfo Viana, que proíbe que façamos isso. Essa lei, infelizmente, fez com que essa prática, deputado Soldado Prisco, que entende muito de segurança, fosse eliminada, e há pesquisas que indicam que depois da interrupção dessa prática os assaltos com explosão de caixas eletrônicos voltaram a crescer.

Então, na verdade, há necessidade de discutir a valorização da Polícia Militar, da Polícia Civil, novos concursos públicos para ampliar o efetivo, Polícia Cidadã, ampliação de financiamento para a segurança pública, e a discussão regionalizada, caso a caso, sobre municípios que, muitas vezes, deputado Herzem, têm que fazer sua segurança com apenas um policial.

Ouvimos aqui recentemente o depoimento de um policial civil, e não vou citar o município, que disse que quem recepciona os novos presos é o preso mais antigo, situação que não podemos conceber atualmente.

Entendemos a segurança pública como uma prioridade na vida dos brasileiros devido ao aumento da violência, que gera insegurança, desapontamento, e até a vontade de alguns brasileiros se mudarem deste País.

Entendemos também o esforço que vem fazendo o governador Rui Costa para priorizar esse assunto. Mas é um esforço que deve ser amplamente debatido com a sociedade, amplamente debatido com esta Casa do ponto de vista suprapartidário, e ouvidas as prefeituras de todos os partidos. Mas tem que ampliar o orçamento, ampliar o efetivo, e precisamos também de emendas da nossa bancada federal, dos senadores, para que aumentemos o orçamento, senão não vamos coibir nem conseguir diminuir os elevados índices da violência, que vêm vitimando cidadãos e cidadãs baianos.

No Município de São Paulo, os índices diminuíram. Em Pernambuco, também. Precisamos rever nossas práticas e priorizar a segurança como um tema importante, realmente, nesta Casa. E eu me associo à sugestão feita de se fazer desse um tema prioritário da Assembleia Legislativa da Bahia, contando com a participação de todos os deputados para encontrar soluções, porque merecemos um Estado de paz, um Estado sem violência, um Estado que respeite a vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão, grande líder político de Conquista e da Região Sudoeste da Bahia.

**O Sr. HERZEM GUSMÃO:-** Sr. Presidente, Sandro Régis, *TV Assembleia*

que nos acompanha, funcionários desta Casa, acompanhei atentamente as colocações do deputado Leur Lomanto. É importante, deputado Prisco, buscarmos soluções em relação à segurança pública, conforme se manifestou a colega deputada Fabíola Mansur.

A nossa preocupação, e o deputado Leur colocou com toda a propriedade, é que existe inversão de prioridades. Sabemos que o governo da Bahia vive um momento difícil. O governo tem dado esse atestado, em que pese ter começado o ano esnobando, dizendo que tinha R\$ 4,6 bilhões nos cofres, mas não tem esse dinheiro. É um dinheiro virtual. Então, nós entendemos que falta ao governo uma política de segurança pública.

Eu tive a oportunidade, e o deputado Prisco lá estava, no Auditório do Ministério Público, de ouvir atentamente o secretário da Segurança Pública fazer uma explanação de um programa que o governo lançou em 2012, e que vale ainda para 2015. Ele está vigente. Um programa de governo que está no papel, gelado e frio.

Na nossa cidade, por exemplo - vou citar Vitória da Conquista, que é a terceira maior cidade da Bahia -, não existia um CPR Sudoeste, como tem em Itabuna. Eu sempre dizia que Vitória da Conquista batia continência para Itabuna, era comandada por ela. A Polícia Rodoviária Estadual de Conquista – repito, a terceira maior cidade - era comandada por Brumado. O que fez o governo? Implantou um CPR Sudoeste. Apenas chegou à cidade um Coronel fechado. Mas não tem, deputado, estrutura para o CPR Sudoeste. E acaba não funcionando, a máquina fica emperrada. Há uma política de segurança pública que nós não estamos enxergando. E, na verdade, o que existe é uma inversão de prioridades.

Tenho me dedicado e me entusiasmado com as audiências públicas realizadas no interior, porque é uma maneira de que cada deputado que representa esse gigante Estado da Bahia, de diversas regiões, possa ouvir segmentos importantes da população e trazer para a capital suas demandas.

Em relação à segurança pública, Feira de Santana ser notícia no País, por conta de 9 mortos, sendo a causa a superlotação dos presídios, chamou a atenção da Bahia e do Brasil. E falta somente descerrar a placa ou a fita para inaugurar o que foi ampliado. Mas o Governo não consegue, deputada Fabíola Mansur, inaugurar o que já está pronto, por falta de recursos na inversão de prioridades.

Vitória da Conquista tem o presídio Nilton Gonçalves, com capacidade para 180 presos internos, e existem mais de 300. Está pronto o novo presídio na estrada Conquista - Barra do Choça, na estrada do café, com 800 vagas.

Conversando com o Secretário da Administração Penitenciária, o histórico Nestor Duarte, que veio do MDB, ele disse que ia publicar uma licitação em 45 dias. Os 45 dias chegaram, e nós não estamos vendo o governo lançar a licitação para funcionar o equipamento pronto, porque precisa da contratação de pessoal. O custo operacional com alimentação vai ter que deslocar 100 homens da Polícia Militar, precisa da contratação de agentes penitenciários. E, deputado Sandro Régis, o equipamento é novo e só falta descerrar a placa e cortar a fita para a inauguração, e não inaugura!

São esses detalhes, que não é a crítica pela crítica irresponsável. Nós estamos ajudando o Governo, mostrando que ele precisa inverter prioridades para que esse



Governo possa acontecer.

Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

A Sr<sup>a</sup> Fabíola Mansur:- Antes de fazer a minha questão de ordem, gostaria de convidar a todos para a audiência pública que será realizada amanhã, em Vitória da Conquista, terra do nobre deputado Herzem Gusmão. Esta audiência será promovida pelo vereador Juvêncio, do PV, que vai tratar da poluição no Rio Verruga. É muito importante a participação de todos os deputados desta Casa.

A minha questão de ordem é para pedir a V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V. Ex<sup>a</sup> será atendida. Não havendo quórum legal, declaro encerrada a sessão.

*Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.*

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*